

Parecer nº 204/99

Data: 1999.11.24

Processo nº 765

Requerente: José da Silva Tenreiro

Requerido: Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Eufémia

I - DOS FACTOS

O Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santa Eufémia, do município de Pinhel, solicitou em 26/9/99 à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia dessa Freguesia de Santa Eufémia fotocópia do teor de proposta apresentada pelo Presidente da mesma Junta de Freguesia na reunião daquela Assembleia de 25/9/99 que, segundo ele, foi aprovada e *alterou completamente o teor legislativo e as suas competências*.

Por ofício nº 023/99, de 4/10/99, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia respondeu: *Dado que a solicitação (...) não obedece aos requisitos legais e dado não entender o seu teor, rogo a V. Ex^a que expresse clara e legalmente a sua pretensão*.

Em 17/10/99 o mesmo Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santa Eufémia reiterou o pedido, agora melhor se identificando como José da Silva Tenreiro, morador em Santa Eufémia, 6400 Santa Eufémia PNH, e explicando que pretendia ser *informado do teor da Acta da Assembleia de Freguesia de 25 de Setembro de 1999 ou a sua minuta ou fotocópia da mesma*. Invocou aquela sua qualidade de membro da Junta de Freguesia e o seu *direito de acesso e informação aos documentos administrativos e o princípio da administração aberta, nos termos do CPA*.

Por ofício nº 024/99, de 22/10/99, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia recusou o solicitado acesso documental por o pedido formulado *não obedecer aos requisitos legais*.

Perante tal indeferimento do seu pedido o interessado apresentou queixa a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) em 5/11/99.

II – DO DIREITO

A queixa foi apresentada no prazo e nas demais condições legais, pelo que cumpre apreciá-la, tendo presente o disposto na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, conhecida pela sigla LADA), na redacção actual, isto é, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

A acta a que o ora queixoso pretende aceder integra-se no conceito de documento administrativo – cf. alínea a) do nº 1 do artigo 4º da LADA –, produzido e detido pela entidade requerida, que, como órgão de uma autarquia local, está abrangida na previsão do artigo 3º da mesma LADA.

Por outro lado, não foi invocado pela entidade requerida nem, dada a natureza do documento em causa (acta de reunião de uma assembleia de freguesia), é de presumir que estejamos perante qualquer das hipóteses que a LADA exclui do acesso livre. Designadamente, não é de presumir que estejamos perante documento nominativo, na acepção do artigo 4º, nº 1, alínea b), da LADA. Mas, se a acta em questão contiver, porventura, quaisquer informações que sejam de caracterizar como dados pessoais, na acepção da alínea c) do nº 1 do citado artigo 4º (*informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor, ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada*), a entidade requerida deverá observar o disposto no nº 6 do artigo 7º da LADA, facultando cópia da parte restante da acta. Na verdade, os elementos processuais disponíveis mostram que o essencial da pretensão do ora queixoso é saber se foi aprovada qualquer proposta com o sentido que refere na carta de 26/9/99 e, em caso afirmativo, que lhe seja facultada cópia dela e da deliberação que sobre a mesma recaiu.

Assim, a informação pretendida pelo ora queixoso é de livre acesso por qualquer pessoa, sem necessidade de ser invocado um interesse ou uma finalidade (cf. artigos 7º, nºs 1 e 2, da LADA).

Dispõe o artigo 13º da LADA que o acesso aos documentos administrativos *deve ser solicitado por escrito através de requerimento do qual constem os elementos essenciais à sua identificação, bem como o nome, morada e assinatura do interessado.*

Ora o pedido de acesso formulado pelo ora queixoso em 17/10/99 cumpre integralmente estes requisitos, designadamente os de se exprimir por escrito e de identificar o requerente e o documento a que pretende aceder. Por outro lado, o legislador não impôs uma fórmula obrigatório para a formulação desse pedido: designadamente o emprego do vocabulário *requerimento* não significa imposição do uso obrigatório da terceira pessoa (em vez da primeira pessoa) ou do vocabulário *requerer* (os seus derivados).

Assim, carece de razão a entidade requerida, ao indeferir o pedido com o fundamento de ele *não obedecer aos requisitos legais.*

III – CONCLUSÃO

Em razão do que ficou dito, a CADA entende que:

- a) O requerimento de acesso obedece ao prescrito no artigo 13º da LADA;
- b) Deve facultar-se ao ora queixoso o acesso, por cópia ou fotocópia, à acta – ou, pelo menos, à parte da acta – a que ele pretende aceder.

Comunique-se ao queixoso e à entidade requerida (Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Eufêmia)

Aprovado na sessão da CADA de 24 de Novembro de 1999.

João Figueiredo (Relator) – *Narana Coissoró* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)